CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 23/12/2023 - 05:56

Orçamento tem valor recorde de emendas e R$ 4,9 bi para eleições

Além de estabelecer um valor recorde de emendas parlamentares — R$ 53 bilhões — os integrantes do Legislativo garantiram uma bolada de R$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral do próximo ano. PAC sofreu uma perda de R$ 6 bilhões

Marcos Oliveira/Agência Senado

Fim de ano no Parlamento: aprovação do Orçamento expôs dificuldade do governo em estabelecer relação mais altiva com o Congresso. Senador Rodrigo Pacheco foi voto vencido ao pedir redução do Fundo Eleitoral

Congresso se impõe no Orçamento de 2024

» ALINE BRITO
» ÂNDREA MALCHER

O Congresso Nacional aprovou, ontem, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, com muitas costuras políticas até o último instante. Após aprovação da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na quinta-feira, os parlamentares apreciaram, em votação simbólica, o texto final do relator Luiz Carlos Motta (PL-SP), que prevê R$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral e aumento de 3,85% para o salário mínimo, o equivalente a R$ 1.412. O Orçamento prevê um total de despesas de R$ 5,5 trilhões para o próximo ano. A maior parte será destinada ao refinanciamento da dívida pública.

Vitrine de obras e importante ferramenta para os petistas nas eleições municipais de 2024, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terminou com uma previsão de R$ 54 bilhões. O corte de R$ 17 bilhões acabou sendo negociado pelo governo, caindo para R$ 6,3 bi. O valor será aplicado em infraestrutura e no programa Minha Casa, Minha Vida.

Ontem, em café com jornalistas, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), argumentou que buscaria negociar uma redução ao volumoso Fundo Eleitoral de R$ 4,9 bilhões, que avaliou como um "erro grave" e disse "discordar totalmente". O senador criticou o recurso turbinado com base no pleito de 2022 e defendia que o montante para o ano que vem usasse o valor das eleições municipais de 2020, de R$ 2 bilhões, corrigidos pela inflação. Ele também avaliou que os R$ 993 milhões previstos originalmente pelo governo seriam insuficientes.

"Vou propor na abertura da sessão a aprovação do destaque e me comprometo com a articulação de um PLN para que o fundo seja os R$ 2 bilhões de 2020, corrigidos pela inflação", prometeu Pacheco.

O partido Novo chegou a apresentar um destaque pedindo a redução do valor do "fundão" para algo em torno de R$ 1 bilhão. Mas os parlamentares rejeitaram o requerimento. Um dos pontos de discordância entre os congressistas é que o dinheiro seja retirado da verba destinada às bancadas estaduais.

> **Aprendemos aqui no Parlamento que o possível sempre é o ótimo que pode ser construído. O fundamental do texto final é a preservação de recursos para o PAC. Ocorreu um corte que não será de mais de 6 bilhões de reais"**
>
> ***Randolfe Rodrigues,*** *líder do governo no Congresso*

No comando da sessão conjunta, Pacheco ainda fez um apelo para que deputados e senadores repensassem os R$ 4,9 bilhões do Fundo, apontando que o valor das eleições municipais de 2020 foi 145% menor. "Sempre manifestei publicamente a defesa do financiamento público, porque considero democrático para manter a pluralidade no Brasil. Mas, de fato, considero um equívoco estabelecer um valor para eleição municipal no parâmetro de uma eleição geral, o mais correto seria o valor da última eleição municipal de 2020, fazendo as devidas correções", declarou o senador, que foi derrotado.

O líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (PL-RJ), rebateu, justificando que 2020 foi uma eleição atípica. "Nós precisamos discutir a unificação das eleições, mas não dá para fazer uma comparação com a eleição passada, quando nós tivemos uma pandemia. Aquela foi uma eleição completamente atípica", opinou o deputado.

Ao avaliar as dificuldades do governo na aprovação do Orçamento, o líder Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) afirmou não ter sido "o ideal, mas o possível". "Aprendemos aqui no Parlamento que o possível sempre é o ótimo que pode ser construído. O fundamental do texto final é a preservação de recursos para o PAC. Ocorreu um corte que não será de mais de 6 bilhões de reais", disse Randolfe. "Esse é um corte que será assimilado e possibilitará que o programa, uma espinha dorsal do governo Lula, possa ser executado ano que vem", completou.

O senador admitiu o plano do governo de buscar um Orçamento "que restabelecesse mais a participação do Executivo, porque o delineamento constitucional do presidencialismo de coalizão determina isso". Mas reconheceu os obstáculos. "Estamos num processo de transição, vivemos os anos anteriores em um governo que não cuidava do Orçamento. Tínhamos uma espécie de presidencialismo por delegação", alfinetou.

Com um Orçamento restrito, o Executivo tem o desafio de cumprir a meta de deficit zero nas contas públicas. O valor recorde previsto para as emendas parlamentares, de R$ 53 bilhões, é um prenúncio de que o governo não terá vida fácil nas contas públicas em 2024.

Principais pontos do Orçamento

Salário mínimo

O Orçamento prevê uma recomposição do salário mínimo de **3,85%**, que foi viabilizada por meio da atualização do percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O valor previsto para o próximo ano é de **R$1.412**.

Emendas

O relator acolheu **7.900** emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões que somam **R$ 53 bilhões**. Desse total, **R$ 25 bilhões** são destinados a emendas individuais, **R$ 11,3 bilhões** para emendas de bancadas e **R$ 16,7 bilhões** para emendas de comissões.

Fundo eleitoral

No relatório, estão previstos **R$ 4,9 bilhões** para o fundo eleitoral. O valor reservado pelo governo para as campanhas nas eleições municipais no Orçamento de 2024 era de **R$ 939,3 milhões**. Segundo o relator, a diferença de R$ **4 bilhões** entre o valor originalmente proposto pelo governo e o novo montante será retirada das reservas das emendas de bancadas estaduais.

Meta fiscal

Mesmo com todas as despesas, o texto manteve a meta fiscal de deficit zero, conforme propôs a equipe econômica do presidente Lula. Entretanto, existe uma margem de tolerância de **R$ 26,8 bilhões** para mais ou para menos, em que a meta será considerada cumprida se ficar dentro dessa tolerância.

Investimentos

O relatório também prevê **R$ 58,9 bilhões** para investimentos federais. Ao apresentar o relatório, o deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) destacou que o Congresso conseguiu ampliar o orçamento para vários setores, entre eles, um acréscimo de cerca de **R$ 800 milhões** para a área de segurança pública.

Programas Sociais

O texto cortou aproximadamente **R$ 4 bilhões** da verba para o Minha Casa, Minha Vida, em relação à previsão enviada pelo Executivo para o Congresso. O governo queria **R$ 13 bilhões** para arcar com os custos do programa, mas o relatório reduziu o valor para **R$ 8,9 bilhões**. Em relação ao Bolsa Família, o relator acatou a sugestão enviada pela equipe do presidente Lula e manteve os **R$ 169,5 bilhões** para 2024.

Despesas

As despesas da União devem ficar na casa dos **R$ 5,4 trilhões** em 2024, de acordo com o texto final da LOA.

Expectativa de cumprir meta

Para o economista Matheus Pizzani, da CM Capital, do ponto de vista do mercado, a aprovação da LOA "aumenta a expectativa acerca da capacidade de o governo de cumprir com a meta estabelecida para o próximo ano em termos de resultado fiscal".

"O volume de gastos para o próximo ano, que além do reajuste real do salário mínimo, contará com impacto de uma estrutura mais pesada de gastos com emendas parlamentares e de um robusto fundo eleitoral, ainda não encontra contrapartida em magnitude suficiente para equalização do resultado primário de acordo com as projeções coletadas tanto pelo Banco Central quanto pelo próprio Ministério da Fazenda, gerando, por consequência, maior deterioração para as projeções de dívida pública", avalia Pizzani.

O especialista também destaca que o Orçamento aprovado chama atenção "pelo potencial impacto que tem sobre a capacidade do governo de reajustar suas despesas e o aumento do volume de gastos com emendas parlamentares".

"Tecnicamente, essas despesas são pagas via transferências entre fundos da União e dos estados e municípios, o que significa que reduzem o montante de receita líquida disponível para pagamento das despesas totais do governo. De acordo com as regras estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal, o crescimento das despesas toma como base a variação da própria receita líquida dentro de um determinado intervalo de tempo e respeitado o conjunto de determinações que foram feitas e aprovadas no projeto", pontua o economista. "Isso significa que os pagamentos de emendas feitos ao longo de 2024 gerarão distorções nos cálculos da receita líquida dos próximos dois anos, pelo menos, trazendo mais incerteza acerca da trajetória futura das contas públicas do país". (**AB** e **ÂM**)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2

Copyright © Clipclap 2025.